



Prefeitura Municipal do Natal  
 Secretaria Municipal de Tributação  
 Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e  
 Nota Natalense

Nº da Nota: 0000000586  
 Competência: MAI/2021  
 Data Prestação Serviço: 26/05/2021  
 Nº da Nota Substituída:

Data/Hora de Emissão: 26/05/2021 às 14:33:20

Código de Verificação: 341994457

**Prestador de Serviços**

CPF/CNPJ: 18.974.321/0001-52 Inscrição Municipal: 211.588-3  
 Razão Social: PRIORI COMUNICACAO ESTRATEGICA LTDA  
 Endereço: AV ALMIRANTE ALEXANDRINO DE ALENCAR, 808, Lagoa Seca, 59022-350  
 Município: NATAL UF: RN  
 Telefone: ( 84) 9930-2300 E-mail: OCTAVIOSANTIAGONETO@HOTMAIL.COM

**Tomador de Serviços**

Nome/Razão Social: RAFAEL HUETE DA MOTTA  
 CPF/CNPJ: 055.820.564-08 Inscrição Municipal:  
 Endereço: RUA ISMAEL PEREIRA DA SILVA, 1775, CAPIM MACIO, 59082-000  
 Município: NATAL UF: RN  
 Telefone: E-mail:

**Serviços**

10.07 - AGENCIAMENTO DE NOTÍCIAS.

Item	Descrição	Quant.	Vir. Unitário	Valor Total
1	Serviços de coleta, síntese e difusão de materiais para meios de comunicação e de marketing político para o mandato do deputado federal Rafael Motta	1,0000	9.000,00	9.000,00

Valor Total da NFS-e R\$: 9.000,00

Deduções (R\$)	Base Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Outras Retenções (R\$)
INSS (R\$)	IRPJ (R\$)	CSSL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/PASEP (R\$)

**Outras Informações**

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES NACIONAL. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Posicionamento

## “Taxação de livros no Brasil é um retrocesso”, afirma deputado Rafael Motta

Membro titular da Comissão de Educação da Câmara, o deputado federal Rafael Motta entende a taxação de livros como um desestímulo generalizado à busca por conhecimento

Redação  
09/05/2012 | 12:05



Deputado Rafael Rafael Motta (PSB/RN). Foto: Divulgação

No início de abril, a Receita Federal reacendeu a polêmica sobre a taxação de livros. A proposta está embutida no texto da Reforma Tributária, enviado ao Congresso Nacional. A alegação é de que as publicações não são consumidas pelos brasileiros mais pobres.

Membro titular da Comissão de Educação da Câmara, o deputado federal Rafael Motta (PSB/RN) entende a taxação como um desestímulo generalizado à busca por conhecimento. “A taxação de livros no Brasil é um retrocesso. O Brasil já pouco já pela falta de estímulo, hábito ou condição. Com a taxação, o cenário só tende a piorar”, pontua o parlamentar.

Segundo Rafael, o Governo elegeu seu novo inimigo: o livro. “Querem retirar a isenção tributária e isso vai restringir ainda mais o acesso à leitura. Somos contra obstáculos à informação e ao conhecimento da população”, acrescentou o deputado federal.

Desde a Constituição de 1946, por iniciativa do escritor e na época deputado constituinte Jorge Amado (1912-2001), os livros são imunes a impostos no Brasil. Em 2004, também se tornaram isentos de algumas contribuições sociais.

No entanto, se depender da Receita, a venda de livros passaria a ser tributada em 12%, que é a alíquota sugerida para a Contribuição de Bens e Serviços (CBS) — imposto que deve unificar os tributos federais que incidem sobre o consumo no texto da Reforma Tributária.

É de Rafael Motta o substitutivo do Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL), ainda em tramitação no Congresso Nacional. A proposta cria um fundo para financiamento de ações e políticas que assegurem o acesso ao livro no Brasil.

## Rafael Motta critica proposta de taxação de livros: "retrocesso"

👤 Bruno Barreto   📄 Matéria



Para Rafael Motta taxar livros é retrocesso (Foto: Fábio Barros)

No último mês, a Receita Federal reacendeu a polêmica sobre a taxação de livros. A proposta está embutida no texto da Reforma Tributária, enviado ao Congresso Nacional. A alegação é de que as publicações não são consumidas pelos brasileiros mais pobres. Membro titular da Comissão de Educação da Câmara, o deputado federal Rafael Motta (PSB/RN) entende a taxação como um retrocesso.

De acordo com os planos da Receita, a venda de livros passaria a ser tributada em 12%, que é a alíquota sugerida para a Contribuição de Bens e Serviços (CBS) — imposto que deve unificar os tributos federais que incidem sobre o consumo no texto da Reforma.

Para Rafael, a medida é um desestímulo generalizado à busca por conhecimento. "A taxação de livros no Brasil é um retrocesso. O Brasil tem pouco já pela falta de estímulo, hábito ou condição. Com a taxação, o cenário só tende a piorar", pontuou o parlamentar.

Segundo Rafael, o Governo elegeu seu novo inimigo: o livro. "Querem retirar a isenção tributária e isso vai restringir ainda mais o acesso à leitura. Somos contra obstáculos à informação e ao conhecimento da população", acrescentou o deputado federal.

É de Rafael Motta o substitutivo ao Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL), ainda em tramitação no Congresso Nacional. A proposta cria um fundo para financiamento de ações e políticas que assegurem o acesso ao livro no Brasil.

Desde a Constituição de 1946, por iniciativa do escritor e na época deputado constituinte Jorge Amado (1912-2001), os livros são imunes a impostos no Brasil. Em 2004, também se tornaram isentos de algumas contribuições sociais. A proposta do Governo abre caminho para o fim dessa isenção, deixando as publicações sujeitas a mesma alíquota válida para outros setores.

Política

### “Taxação de livros no Brasil é um retrocesso”, afirma Rafael Motta

9 de Maio de 2011 às 00:11 - Continuar



Foto: Divulgação

No último mês, a Receita Federal reacendeu a polêmica sobre a taxação de livros. A proposta está embutida no texto da Reforma Tributária, enviado ao Congresso Nacional. A alegação é de que as publicações não são consumidas pelos brasileiros mais pobres. Membro titular da Comissão de Educação da Câmara, o deputado federal Rafael Motta (PSE/RN) entende a taxação como um retrocesso.

De acordo com os planos da Receita, a venda de livros passaria a ser tributada em 12%, que é a alíquota sugerida para a Contribuição de Bens e Serviços (CBS) — imposto que deve unificar os tributos federais que incidem sobre o consumo no texto da Reforma.

Para Rafael, a medida é um desestímulo generalizado à busca por conhecimento. “A taxação de livros no Brasil é um retrocesso. O Brasil já pouco já pela falta de estímulo, hábito ou condição. Com a taxação, o cenário só tende a piorar”, pontuou o parlamentar.

Segundo Rafael, o Governo elegeu seu novo inimigo: o livro. “Querem retirar a isenção tributária e isso vai restringir ainda mais o acesso à leitura. Somos contra obstáculos à informação e ao conhecimento da população”, acrescentou o deputado federal.

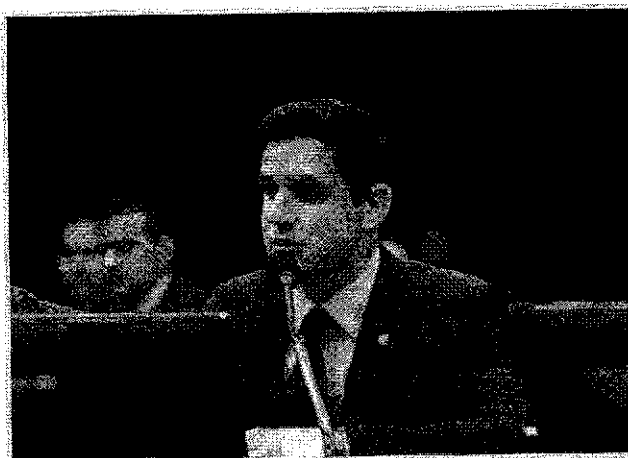
É de Rafael Motta o substitutivo do Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL), ainda em tramitação no Congresso Nacional. A proposta cria um fundo para financiamento de ações e políticas que assegurem o acesso ao livro no Brasil.

Desde a Constituição de 1946, por iniciativa do escritor e na época deputado constituinte Jorge Amado (1912-2001), os livros são isentos e impostos no Brasil. Em 2004, também se tornaram isentos de algumas contribuições sociais. A proposta do Governo abre caminho para o fim dessa isenção, deixando as publicações sujeitas a mesma alíquota válida para outros setores.

### CCJ aprova aumento da pena em casos de roubo de vacina

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJ) aprovou nesta quarta-feira, 12, o aumento da pena para roubo de vacinas ou insumos para o combate da pandemia da Covid-19. A proposta foi apresentada pelo deputado federal Rafael Moura (PSB/RN) e apreciada em conjunto com outros projetos de lei de conteúdo similares.

O substitutivo aprovado pela comissão define que a pena para roubos ocorridos em situações de calamidade pública, epidemias, pandemias, ou em situações trágicas como naufrágios, incêndios, inundações, seja ampliada em dois terços. Se o roubo for de suprimentos médicos e hospitalares ou vacinas, a pena será aplicada em dobro.



Deputado Rafael Moura - Foto: Zélio Barros

## CCJ aprova aumento da pena em casos de roubo de vacina

Publicação: 2021-05-12 13:07:08



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJ) aprovou nesta quarta-feira, 12, o aumento da pena para roubo de vacinas ou insumos para o combate da pandemia da Covid-19. A proposta foi apresentada pelo deputado federal Rafael Motta (PSE/RN) e apreciada em conjunto com outros projetos de lei de conteúdo similares.

O substitutivo aprovado pela comissão define que a pena para roubos ocorridos em situações de calamidade pública, epidemias, pandemias, ou em situações trágicas como naufrágios, incêndios, inundações, seja ampliada em dois terços. Se o roubo for de suprimentos médicos e hospitalares ou vacinas, a pena será aplicada em dobro.

"Quando vacina é roubada, pessoas morrem. Quando um insumo como medicamento, um respirador é roubado, pessoas doentes são colocadas em risco de vida. A Câmara dos Deputados busca fazer justiça ampliando a pena de um roubo que pode causar a morte de alguém", comemora o deputado Rafael Motta.

O substitutivo do deputado Lucas Redecker unifica os projetos de lei nº 1.081/2021 do deputado Rafael Motta, o PL nº 643/2020 e o PL nº 3.385/2020 do deputado Junio Amaral, o PL nº 1.265/2020 do deputado Delegado Waldir e o PL nº 1.955/2020 do deputado Dr. Frederico. O texto será votado no plenário da Câmara dos Deputados.

15 DE MAIO DE 2021

### Rafael Motta percorre municípios da região Alto Oeste anunciando mais de R\$ 4 milhões em emendas



O deputado federal Rafael Motta (PSB) percorreu 14 municípios do Alto Oeste potiguar nesta última semana. Mais de R\$ 4 milhões em emendas destinadas às cidades da região foram o norte das visitas feitas pelo parlamentar, iniciadas na terça-feira (11) e encerradas nesta sexta (14).

Dentre os municípios visitados está Coronel João Pessoa, onde Rafael foi recebido pela prefeita Fátima de Pachica (PSDB), comunicando a destinação de emendas para reforma de escola e manutenção das unidades de saúde. Já em Pau dos Ferros, em visita à prefeita Marianna Almeida (PSD), o deputado confirmou o envio de recursos para aquisição de castramóvel e para a atenção à saúde.

No município de Itaú, Rafael recebeu o título de cidadão itauense. A proposição foi do vereador Paulo Moreira (PSB). Na oportunidade, o parlamentar informou o envio de emendas para saúde pública e fez uma visita ao açude Passagem, que registrou sangria após as chuvas.

Artigo

### Rafael Motta: A retomada do acesso à educação: a nossa próxima batalha

Confira o artigo do deputado federal Rafael Motta de sábado 22



Deputado federal Rafael Motta. Foto: Divulgação

O Brasil tem um compromisso urgente. Depois da vacinação, única solução capaz de conter a fúria da Covid-19, a educação deve retomar o seu lugar de prioridade. De acordo com a pesquisa Datafolha divulgada em janeiro deste ano, cerca de quatro milhões de alunos abandonaram os estudos em algum grau de ensino durante a pandemia.

A razão é uma só: o Brasil não fez a sua lição de casa. 26% das escolas brasileiras não têm acesso a abastecimento público de água e quase metade delas não é contemplada pela rede pública de esgoto (49%). Isso significa que alunos, professores e servidores dessas escolas não têm sequer como lavar as mãos, medida básica de higiene para contenção da pandemia.

Com a impossibilidade de retorno das aulas presenciais, a solução foi o ensino remoto, que não atende à toda a comunidade escolar. A maioria dos alunos que abandonou a escola o fez por falta de acesso à internet, computadores, smartphones. Na maioria das casas brasileiras, há apenas um aparelho celular para atender todos os estudantes, que precisam revezar-se para assistir às aulas que acontecem concomitantemente.

Mesmo ciente dessa realidade, o MEC se deu ao direito de terminar o ano de 2020 com o menor volume de recursos investidos nos últimos dez anos. Mais de R\$ 1 bilhão foi devolvido aos cofres da União por falta de aplicação pelo Ministério da Educação.

Não obstante, o presidente da República vetou o projeto de lei que destinava recursos públicos para a universalização do acesso à internet para alunos e professores, decisão revogada pelo Congresso Nacional mais tarde, com o protagonismo de partidos como o PSB.

A nossa luta para reverter o impacto da pandemia na educação deve estar baseada em três pilares básicos: investimento público, capacitação profissional e redução das desigualdades.

Com o avanço da vacinação dos professores e o consequente o retorno às aulas presenciais, os prédios deverão estar adequados com ventilação, distanciamento entre estudantes e, claro, saneamento básico. Professores deverão estar capacitados para suprir as lacunas desse ano perdido.

Investir em educação sempre é dito como uma prioridade, mas a pandemia confirmou que essa frase não consegue deixar os discursos para ganhar a prática. Esse feito se faz ainda mais necessário. Pois quando a Covid-19 for enfim combatida, ficará evidente um quadro de deficiência educacional muito difícil de ser curado.

PRIORI COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

99930-2300, 99424-3325 | AV. ALEXANDRINO DE ALENCAR, 808